

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.369 - MS (2018/0296330-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : EMILIA GOMES**  
**ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS - MS014572**  
**JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288**  
**ALEX FERNANDES DA SILVA E OUTRO(S) - MS017429**  
**AGRAVADO : BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A.**  
**ADVOGADOS : ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE E**  
**OUTRO(S) - MS016125A**  
**BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO -**  
**MT016227A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

**E M E N T A – RECURSO DE APELAÇÃO – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS – ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO – TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL – DESCONTO DE CADA PARCELA NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.**

Aplicação do artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor. Por se tratar de obrigação de trato sucessivo, o prazo da prescrição corre a partir do desconto da parcela prevista no contrato, porque o dano e sua autoria se tornaram conhecidos com cada débito no benefício previdenciário da autora.

Pronúncia, de ofício, da prescrição da pretensão de restituição de valor e compensação por danos morais.

Recurso de apelação prejudicado.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

**E M E N T A – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL – REDISCUSSÃO – INADMISSIBILIDADE.**

Os embargos de declaração destinam-se ao aperfeiçoamento do julgado, desde que presente algum dos vícios previstos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Inadmissível, em sede de embargos de declaração, rediscussão da matéria apreciada.

Anoto, preliminarmente, que a questão federal foi decidida de modo suficiente, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 373, II, 489, 1.022 do CPC, 189 do Código Civil, 27 do Código de Defesa do Consumidor, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta o afastamento da prescrição.

Pleiteia a nulidade do contrato de mútuo e a restituição em dobro dos valores pagos.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, assim manifestou acerca da prescrição:

[...]

Nos termos do artigo 487, parágrafo único, do Código de Processo Civil, ressalvada a hipótese do § 1º do artigo 332, a prescrição não será reconhecida sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se, o que foi observado, tendo em vista a manifestação em contestação e impugnação à contestação.

Apesar de, em casos semelhantes, ter utilizado o prazo prescricional previsto artigo 206, § 3º, IV e V do Código Civil, em razão do posicionamento desta 2ª Câmara Cível, reservando meu posicionamento pessoal, aplico novamente o artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, in verbis:

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

A hipótese versa sobre obrigação de trato sucessivo 1. Outrossim, o prazo da prescrição corre a partir do desconto da parcela prevista no contrato, porque o dano e sua autoria se tornaram conhecidos com cada débito no benefício previdenciário da autora.

No caso, o último desconto ocorrera em abril de 2010, conforme documento de p. 46 (contrato nº 46-49946/07999), enquanto a demanda foi proposta somente em 23 de janeiro de 2017.

Portanto, está prescrita a pretensão de restituição de todas as prestações, pois foram descontadas antes do quinquênio anterior à propositura da demanda. A pretensão de compensação por danos

morais apresenta como causa de pedir cada desconto, razão pela qual também se encontra prescrita. Em consequência, não há utilidade do provimento declaratório. 2 III. Dispositivo Ante o exposto, de ofício, reconheço a prescrição da pretensão da autora em relação aos pedidos de restituição de valores e compensação por danos morais (contrato nº 46-49946/07999).

Recurso de apelação prejudicado.

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Por fim, impende registrar que os apelos interpostos com fundamento no artigo 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula n. 7/STJ, quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...) 4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.520/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 13/02/2017) (grifou-se)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

